

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 514.790 - RJ (2019/0165950-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **ARIANE OLIVEIRA MELO E OUTROS**
ADVOGADOS : **LUCILIA BARROS RODRIGUES - RJ105692**
 IOLANDA NUNES CORDEIRO - RJ134061
 ARIANE OLIVEIRA MELO - RJ205553
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE**
 JANEIRO
PACIENTE : **MARCELO RICARDO PEREIRA (PRESO)**

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PRIMEIRO JULGAMENTO DA APELAÇÃO ANULADO. NOVO JULGAMENTO DO RECURSO APÓS SUSTENTAÇÃO ORAL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. IMPARCIALIDADE. PREJULGAMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PARECER ACOLHIDO.
Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Marcelo Ricardo Pereira**, em que se aponta como autoridade coatora a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (HC n. 0174281-34.2017.8.19.0000).

Narram os autos que o paciente, após ser condenado pelo Conselho de Sentença pela prática dos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver, interpôs recurso de apelação.

Foi designada a data de 29/3/2019 para o julgamento do recurso defensivo. Todavia, o patrono do paciente requereu a remarcação, para que pudesse fazer a sustentação oral.

Ao ser designada nova data para a apreciação do recurso de apelação do paciente, em 16/4/2019, não houve a publicação no Diário Oficial, o que impossibilitou a defesa de realizar a sustentação oral.

Diante do constrangimento ilegal, o julgamento foi anulado e designada nova data. Em 28/5/2019, o Colegiado estadual manteve a condenação do paciente (fls. 70/78).

Daí a presente impetração, em que se alega violação aos princípios do

Superior Tribunal de Justiça

contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

Aduz-se que houve imparcialidade da Desembargadora Relatora pelo fato de ter disponibilizado o *seu pré-voto, ou seja, em nada adiantaria a sustentação oral da defesa, em virtude da existência de prejulgamento* (fl.11).

Argumenta-se que, *no caso, ao já ter julgado anteriormente o recurso de apelação o qual foi anulado, conforme exposto em tópico próprio, os i. Desembargadores além de não se manterem na neutralidade, ainda disponibilizaram o prejulgamento* (fl. 12).

Requer-se seja anulado o julgamento da apelação e que o recurso seja encaminhado para outra Câmara julgadora.

Solicitadas informações (fl. 82), estas foram juntadas aos autos (fls. 85/105).

O Ministério Público Federal, em seu parecer, opinou pela denegação da ordem (fls. 107/108).

É o relatório.

A ilegalidade passível de justificar a impetração do *habeas corpus* deve ser manifesta, de constatação evidente.

No caso, não há manifesta ilegalidade a ser sanada, como bem expôs o parecer ministerial, cujos fundamentos também adoto como razões de decidir. Ressaltou o Subprocurador-Geral da República Durval Tadeu Guimarães que (fl. 108):

[...]

5 Não obstante a corte local ter proferido novo julgamento, de idêntico teor ao primeiro, tal não significa que houve prejulgamento, pois as provas carreadas aos autos contra o paciente mantiveram-se, conforme entendimento da corte local, idôneas, apesar do esforço da defesa em sustentar oralmente o contrário.

6 A vingar o entendimento do impetrante, estaria o tribunal de origem obrigado a decidir diferentemente do que fora decidido no primeiro julgamento.

7 Por fim, impõe-se observar que a apresentação do voto do relator na mesma audiência em que a defesa realiza a sustentação oral não configura prejulgamento, conforme o impetrante sustenta. [...]

Com efeito, nota-se que não houve antecipação de juízo por parte da Desembargadora Relatora, pois esta não estaria obrigada a modificar seu voto, no

Superior Tribunal de Justiça

segundo julgamento, apenas em razão da sustentação oral por parte dos patronos do paciente.

Além disso, o Colegiado estadual, após ter oportunizado a sustentação oral para a advogada do paciente, simplesmente entregou a prestação jurisdicional que entendia pertinente. *Mutatis mutandis*, confirmam-se estas palavras da Ministra Ellen Gracie:

[...]

3. Não se pode afirmar que há interesse dos magistrados no novo julgamento e que eles já possuam convicção formada em relação ao que é imputado ao excipiente pelo simples fato de terem participado do primeiro julgamento, posteriormente anulado pelo Superior Tribunal de Justiça.

4. Impossibilidade de inferir-se a parcialidade de magistrados somente porque proferiram decisões em desfavor do excipiente.

5. A prática de atos judiciais, tal como retratados, insere-se nos poderes do magistrado quanto à condução regular e normal do processo.

6. A imparcialidade e a isenção da conduta funcional de magistrados não se alteram em razão de julgamento proferido.

[...]

(AO n. 1.517/MT, Ministra Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJe 28/11/2008).

Do Superior Tribunal de Justiça, o seguinte julgado, por exemplo:

HABEAS CORPUS. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO EM WRIT ANTERIOR. IMPEDIMENTO DOS MAGISTRADOS QUE PARTICIPARAM DO PRIMEIRO JULGAMENTO. INEXISTÊNCIA. [...]

[...]

2. No caso, o fato de alguns Desembargadores terem participado de julgamento que fora anulado por esta Corte não tem o condão de torná-los impedidos para o novo julgamento. Precedentes do STF e STJ.

(HC n. 155.103/SP, Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 29/11/2010).

Portanto, não se verifica o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator